

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Veja bem

Além das questões relacionadas ao PT, tratadas pelos deputados nos bastidores, Marcos do Val vai usar três argumentos para aprovar sem intempéries, hoje, na votação da Comissão Mista de Orçamento, seu relatório sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com a obrigatoriedade de execução das emendas de relator. O primeiro é que serão transparentes, porque estarão detalhadas no portal + *Brasil*.

E tem mais

Ele acredita que, assim, estará desconstruído o discurso de que emenda de relator é compra de voto no Parlamento. E, por último, o parlamentar de oposição, seja qual for o governo, terá sua emenda paga.

A aposta de Do Val

Até o final da tarde de ontem, havia poucos destaques (pedidos de mudanças no texto) ao relatório protocolados na CMO. Mas como podem ser apresentados até o final da leitura, no meio da tarde, nada garante que não se multipliquem. Das 2.339 emendas apresentadas ao parecer, Do Val aprovou integralmente 174 e 1.050 parcialmente. Rejeitou 1.114 e considerou inadmitida uma emenda.

E a CPI, hein?

Com o fracasso da estratégia do governo em segurar a CPI do MEC com a retirada das assinaturas, a base agora tentará adiar a instalação pela fila de pedidos de comissões de inquérito. Só tem um probleminha: o tema veio para ficar e, enquanto houver mais de mil horas de gravação, o governo correrá o risco de exposição nesse caso.

Um teste para o PT

O partido do pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva votará contra as emendas de relator impositivas, incluídas no parecer do senador Marcos do Val (Podemos-ES) sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Porém, dificilmente vai levar essa. Até na oposição muitos dizem que é hora de deixar o Congresso com poder sobre o Orçamento da União. Muita gente conta nos bastidores que o PT não é generoso na relação política. Por exemplo: há quem diga que quando a presidente Dilma Rousseff estava com o processo de impeachment aprovado na Câmara, o governo segurou as emendas até de aliados que se expuseram para

ajudá-la. E bastou Michel Temer assumir para que tudo fosse liberado, sem problemas.

No geral, os deputados fazem uma analogia, que pode até ser considerada meio grosseira, mas é de fácil entendimento. Eles dizem que até os cachorros, depois que comem um delicioso filé, não querem mais saber de ração. Os parlamentares, que agora dominam o Orçamento, não voltarão a depender do presidente para garantir os projetos mais afeitos às suas bases. Logo, o PT tende a ser derrotado nessa votação.

E se Lula for eleito e quiser mudar as RP9 terá que negociar tudo mais à frente e estabelecer uma transição.



CURTIDAS

2 de julho de testes/ A data em que se comemora a independência da Bahia será usada este ano por todos os pré-candidatos ao Planalto. Jair Bolsonaro fará uma motociata em Salvador e o PT levará Lula para a capital baiana.

Muita calma nessa hora/ São vários dentro do PT que defendem que Lula se atenha ao ato previsto para o estádio da Fonte Nova. A avaliação é de que todo cuidado é pouco.

O "bolo" de Arthur/ Os líderes da oposição foram cedo à casa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e tiveram que dar meia-volta. O comandante da Câmara sempre se reúne com os opositores às terças-feiras, às 8h30. Mas, dessa vez, os parlamentares não foram avisados que o alagoano tinha agenda com Bolsonaro em Maceió e que o encontro desta semana estava adiado. Que coisa...

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Ops! A coluna errou o nome do senador Marcos do Val (foto), ontem. Chamou de Arthur do Val, aquele outro Do Val, o tal "Mamãe Falei", que deixou o mandato de deputado estadual em São Paulo pela porta dos fundos. Fica aqui o pedido de desculpas ao senador e aos leitores.

ESCÂNDALO DO MEC / Cármen Lúcia, do STF, encaminha à PGR mais um pedido de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro sobre suposta interferência na operação da Polícia Federal que prendeu o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro

Ministra vê “gravidade” no caso

» LUANA PATRIOLINO

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), enfatizou a “gravidade do quadro narrado” ao encaminhar mais uma notícia-crime para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre suposta interferência do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas investigações da Polícia Federal que resultaram na prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

O pedido enviado, ontem, pela magistrada é de autoria do deputado Israel Batista (PSB-DF) para que Bolsonaro seja investigado. “Considerando os termos do relato apresentado e a gravidade do quadro narrado, manifeste-se a Procuradoria-Geral da República. Na sequência, retornem-me os autos imediatamente conclusos”, escreveu a magistrada. O encaminhamento é praxe nesses casos, pois cabe ao Ministério Público Federal (MPF) analisar se há elementos suficientes para abrir investigação contra o presidente.

Esse foi o segundo pedido sobre o assunto enviado à PGR por Cármen. Em outra ação, encaminhada na segunda-feira, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) solicita que Bolsonaro seja incluído na investigação que apura supostas interferências no Ministério da Educação. O parlamentar argumenta ser preciso apurar se houve envolvimento do presidente para beneficiar Ribeiro.

Em uma gravação autorizada pela Justiça, o ex-ministro diz à filha que Bolsonaro teve um “pressentimento” sobre busca e apreensão da Polícia Federal (PF) contra ele. Esse e outros grampos serviram de base para o MPF apontar indícios

de interferência do presidente. O caso foi enviado para análise do STF, sob relatoria de Cármen.

O delegado federal Bruno Calandrini, responsável pela investigação, também disse acreditar que houve quebra do sigilo da operação que prendeu Ribeiro. “Os indícios de vazamento são verossímeis e necessitam de aprofundamento diante da gravidade do fato”, destacou, em documento enviado à Justiça Federal de Brasília, na sexta-feira.

Nova solicitação

Já o ministro Alexandre de Moraes, do STF, remeteu, também ontem, à PGR, mais um pedido para que Bolsonaro seja investigado por interferência na ação da PF contra o ex-ministro da Educação. A solicitação atende pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e foi juntada ao inquérito aberto na Corte após a saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública — no qual o presidente é acusado de intervir em apurações dos agentes federais.

O ministro lembra que aguarda, desde 27 de abril, a manifestação da PGR sobre o relatório da PF para investigações das denúncias do ex-juiz da Operação Lava-Jato. Moro acusou Bolsonaro de, à época, trocar o diretor-geral da PF, Maurício Valeixo, para acessar informações sensíveis.

Em paralelo, a defesa de Ribeiro acionou o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) para pedir que a prisão do ex-ministro, determinada pelo juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal de Brasília, seja revogada definitivamente. Ele foi detido em 22 de junho e solto no dia seguinte por determinação do desembargador Ney Bello, do TRF-1.

Carlos Moura/SCO/STF



Relatora do processo, Cármen Lúcia já havia enviado à PGR outro pedido sobre o mesmo assunto

Mendonça: apuração seguirá na Justiça

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa, Portugal — O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que o processo que investiga supostas irregularidades cometidas pelo ex-ministro da Educação Milton Ribeiro deverá seguir seu curso normalmente na Justiça.

Na segunda-feira e ontem, a ministra Cármen Lúcia, também do STF, mandou à Procuradoria-Geral da República dois pedidos de investigação do presidente Jair Bolsonaro no caso, uma vez que Ribeiro disse que

agia no ministério a pedido do chefe do Executivo.

Caso a PGR seja favorável à investigação do presidente, o processo será conduzido pelo Supremo. Segundo André Mendonça, que foi indicado à mais alta Corte do país por Bolsonaro, ainda é cedo para dizer se ele se declarará impedido de participar do processo, como ocorreu em outras ocasiões. “Isso será avaliado num momento adequado”, destacou.

Ribeiro foi o quarto ministro da Educação de Bolsonaro a cair, revelando a falta de comprometimento do governo com o tema. Pouco antes,



Não posso falar pelo governo. Não estou mais no governo. O que posso dizer é o que já disse em uma discussão num debate do próprio Supremo, que estamos há 30 anos sem uma boa educação no Brasil”

André Mendonça, ministro do STF

» Delegado será transferido

O delegado federal Bruno Calandrini, responsável pela investigação do gabinete paralelo de pastores instalado no Ministério da Educação (MEC), será transferido de setor. A movimentação está prevista para julho. A Polícia Federal afirma que a transferência foi formalizada a pedido do próprio delegado. Calandrini vai deixar a Coordenação de Inquéritos de Tribunais Superiores, que cuida das investigações de autoridades com foro junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), para assumir a Unidade Especial de Investigação de Crimes Cibernéticos. Em nota, a PF afirmou ainda que ele vai continuar coordenando a investigação do gabinete paralelo.

em participação no Fórum Jurídico de Lisboa, Mendonça havia dito que a educação era um dos três principais pilares para o crescimento sustentado da economia de um país.

“Não posso falar pelo governo. Não estou mais no governo. O que posso dizer é o que já disse em uma discussão num debate do próprio Supremo, que estamos há 30 anos sem uma boa educação no Brasil. Então, é uma questão que precisa ser analisada mais criticamente, porque, se houve erros, e eu acho que houve, foram erros sistêmicos de vários governos”, frisou.